

ANHANDUÍ (MS): TERRITORIALIZAÇÃO E IDENTIDADE A PARTIR DO COMÉRCIO DA BR-163

Luciana Correia Diettrich

Universidade Católica Dom Bosco
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Campo Grande, MS, Brasil
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS
luciana.diettrich@gmail.com

Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Universidade Católica Dom Bosco
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Campo Grande, MS, Brasil
clebourlegat@ucdb.br

Ademir Kleber Morbeck de Oliveira

Universidade Anhanguera – Uniderp
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional,
Campo Grande, MS, Brasil
akmorbeckoliveira@gmail.com

José Carlos Pina

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Aquidauana, MS, Brasil
josecarlospina@gmail.com

RESUMO

O distrito de Anhanduí, pertencente ao município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, apresenta uma configuração territorial historicamente vinculada à BR-163 e ao comércio regional estabelecido às suas margens. Como o comércio da BR-163 estrutura a territorialização e a identidade local de Anhanduí a partir das narrativas de moradores, comerciantes e lideranças. Parte-se do pressuposto de que o comércio rodoviário ultrapassa sua função estritamente econômica, constituindo-se como elemento estruturante da identidade territorial e da coesão social, especialmente diante das transformações infraestruturais recentes e da limitada atuação de políticas públicas. A pesquisa justifica-se pela escassez de estudos sistematizados sobre a localidade e pela necessidade de compreender como pequenas comunidades constroem e preservam suas territorialidades. Trata-se de uma investigação qualitativa e exploratória, fundamentada em levantamento documental, revisão teórica e entrevistas semiestruturadas, analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicam que as bancas da BR-163 desempenham papel econômico e simbólico, fortalecendo vínculos de pertencimento, solidariedade e memória coletiva. Contudo, a redução do fluxo de viajantes, a instalação de pedágio e as incertezas quanto à duplicação da rodovia fragilizam a atividade. Conclui-se que o comércio constitui um marco identitário central, demandando políticas públicas integradas de fortalecimento do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Território. Identidade regional. Comércio regional. Desenvolvimento local. Mato Grosso do Sul.

ANHANDUÍ (MS): TERRITORIALIZATION AND IDENTITY BASED ON BR-163 COMMERCE

ABSTRACT

The district of Anhanduí, located within the municipality of Campo Grande, Mato Grosso do Sul, presents a territorial configuration historically shaped by the BR-163 highway and the regional trade established along its margins. This study examines how highway-based commerce structures territorialization and local identity in Anhanduí based on the narratives of residents, merchants, and community leaders. It argues that such commercial activity transcends its strictly economic function, operating as a structuring element of territorial identity and social cohesion, particularly in the context of recent infrastructural transformations and limited public policy intervention. The research is justified by the scarcity of systematic

studies on the locality and by the need to understand how small communities construct and preserve their territorialities. A qualitative and exploratory approach was adopted, combining documentary research, theoretical review, and semi-structured interviews analyzed through content analysis. The findings indicate that the BR-163 roadside stalls perform both economic and symbolic roles, reinforcing bonds of belonging, solidarity, and collective memory. However, declining traffic flows, toll implementation, and uncertainties regarding highway duplication weaken this activity. The study concludes that highway commerce constitutes a central marker of territorial identity, underscoring the need for integrated public policies aimed at strengthening local development.

Keywords: Territory. Regional identity. Regional trade. Local development. Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

Anhanduí é o maior e mais antigo dos dois distritos pertencentes ao município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, fundado em 17 de novembro de 1948 pela Lei Estadual n.º 1.131 (Mato Grosso, 1948), recebendo seu nome em referência ao rio Anhanduí, que atravessa a região. O distrito possui relevante significado histórico, uma vez que sua criação antecede a própria constituição do estado de Mato Grosso do Sul, instituído apenas em 1977, quando ocorreu a divisão do antigo Mato Grosso e, conseqüentemente, antecede também a consolidação de Campo Grande como capital.

Seu núcleo urbano é cortado pela BR-163, rodovia de intenso fluxo de veículos e grande importância para o acesso à região sul do estado, ligando Campo Grande a cidades como Dourados e Ponta Porã, na divisa com o Paraguai, além de estabelecer conexão com os estados de São Paulo e Paraná (Arruda, 2007; Jesus, Borges; Gama, 2014; Albergueti et al., 2023). Mato Grosso do Sul é composto por 79 municípios, dos quais seis apresentam população inferior à do distrito de Anhanduí: Jateí (3.586 habitantes), Figueirão (3.539), Taquarussu (3.625), Alcínópolis (4.537), Rio Negro (4.841) e Novo Horizonte do Sul (4.721) (IBGE, 2022). Diante desse cenário, Anhanduí destaca-se como uma localidade de expressiva relevância populacional e territorial.

A BR-163 representa um elemento de destaque para o distrito, pois, ao atravessar o núcleo urbano, impulsionou o desenvolvimento de um comércio diversificado às suas margens. Nesse trecho, encontram-se aproximadamente 30 bancas que comercializam desde produtos alimentícios, como doces em compota, rapaduras, salames, amendoins, queijos, água de coco, mel, pimentas, pequi em conserva e frutas da época, até utensílios domésticos, objetos artesanais e artigos de decoração. Além da população local, viajantes frequentemente adquirem os produtos ali ofertados, constituindo os principais consumidores (Arruda, 2007; Albergueti et al., 2023). Segundo Arruda (2007), a rodovia não constitui um obstáculo físico; ao contrário, é um elemento paisagístico essencial, símbolo de vitalidade e existência para a localidade.

A descrição do distrito até aqui apresentada evidencia sua relevância e justifica a dificuldade de encontrar materiais que o retratem com profundidade. Tal escassez reforça a pertinência de investigar aspectos relacionados à sua territorialidade e aos processos históricos que envolvem o distrito e o comércio da BR-163. Assim, este estudo tem como propósito analisar como o comércio da BR-163 estrutura a territorialização e a identidade local de Anhanduí, a partir das narrativas de moradores, comerciantes e lideranças. Busca-se, dessa forma, contribuir para a compreensão histórica e identitária da população, bem como oferecer subsídios para reflexões acerca do território.

No que se refere ao conceito de território, a Geografia oferece aportes fundamentais para a compreensão desse termo complexo, especialmente por meio das contribuições de Santos (2005), que propõe uma abordagem interdisciplinar, integrando dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas. Santos (2005) também ressalta que o entendimento do território envolve aspectos como o papel da ciência, da tecnologia e da informação; as relações horizontais, caracterizadas pela contiguidade e solidariedade entre lugares vizinhos; e as relações verticais, que conectam pontos distantes por meio de processos sociais. Além disso, é importante compreender o território nas escalas local, regional, nacional e global (Santos, 2005; Souza, 2005; Fuini, 2014).

Santos (2006, p. 38) define o território como:

[...] um conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou uma área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial, ou a configuração geográfica, tem, pois, uma existência

material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais.

Nessa mesma perspectiva relacional, Haesbaert (2023) entende que o território é mais do que uma entidade físico-material e deve ser compreendido a partir de um conjunto de relações sociais, envolvendo dimensões econômicas, políticas, culturais e socioambientais.

O território, portanto, é composto por múltiplos fatores e variáveis, materiais e imateriais, que permitem distintas análises e transcendem sua dimensão física (Oliveira; Silva, 2017). Os elementos que o constituem, aliados à sua dimensão histórica e simbólica, contribuem para a formação da identidade territorial (Haesbaert, 1999; Oliveira; Silva, 2017). Nesse sentido, Oppliger e Oliveira (2022) destacam que a memória individual e coletiva representa um elo essencial entre comunidades e territórios, sendo um componente decisivo na construção identitária.

A identidade, por sua vez, é produzida pela ordem interna do lugar, tecida por sua história e cultura. O lugar é o espaço da vida cotidiana em todas as suas dimensões e adquire valor simbólico quando o ser humano se identifica com ele, atribuindo-lhe significados e afetos por meio do uso diário (Le Bourlegat, 2000).

Destarte, reforça-se a relevância de estudos sobre territorialização e identidade em localidades como Anhanduí, que, por suas dinâmicas históricas, espaciais e culturais, apresentam elementos capazes de subsidiar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, à valorização da identidade local e à promoção de pesquisas futuras.

MATERIAL E MÉTODOS

O distrito de Anhanduí, pertencente ao município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, possui um perímetro de 13.668,42 metros e uma área de 723,29 hectares. Localiza-se a 63 km da área urbana de Campo Grande, fazendo divisa com os municípios de Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul (Arruda, 2007; Campo Grande, 2025).

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos a partir de diferentes fontes: documentais, bibliográficas e entrevistas. A coleta de informações iniciou-se no próprio distrito, junto à administração local (antiga subprefeitura), e, posteriormente, foi ampliada para órgãos públicos, como o Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA), o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS) e a Biblioteca Municipal de Campo Grande. Informações geográficas foram obtidas junto à Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

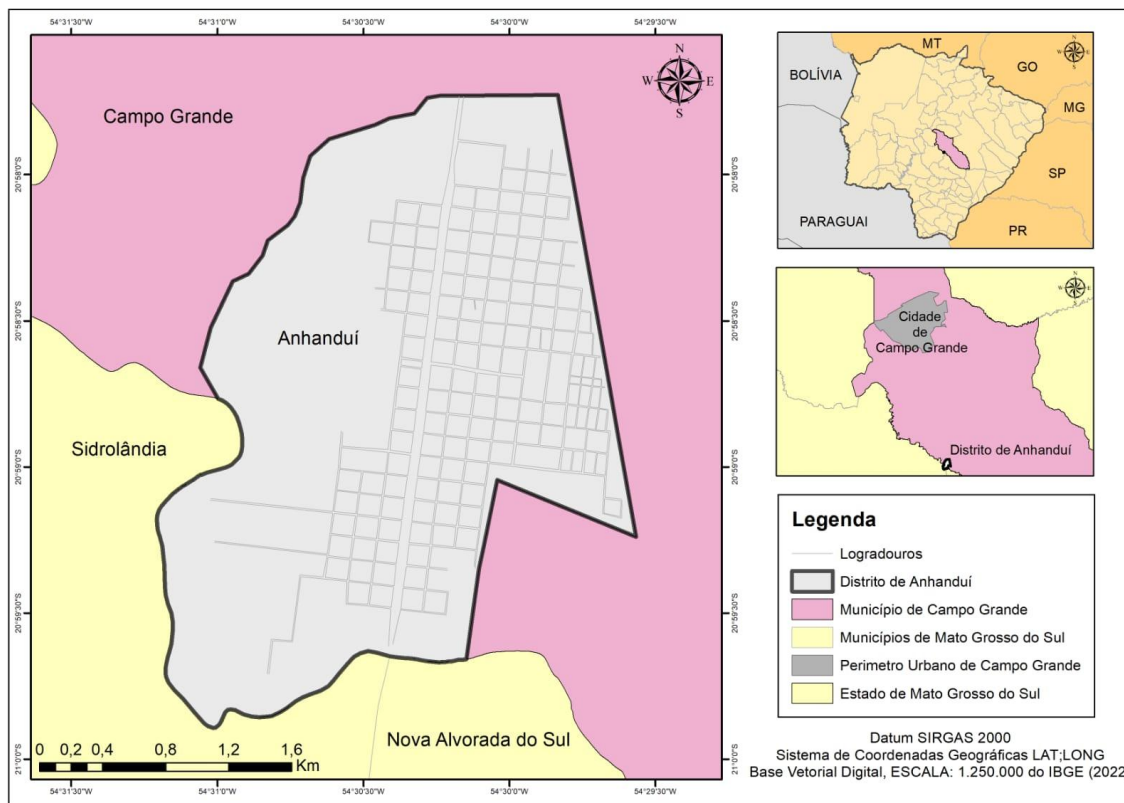
A consulta a documentos oficiais mostrou-se limitada, sobretudo no que se refere aos aspectos históricos e culturais do distrito. O levantamento bibliográfico foi composto por dois livros e um artigo científico, publicados entre 2006 e 2007, contendo informações parcialmente desatualizadas. Essa escassez de registros reforça a relevância do presente estudo, ao evidenciar a carência de materiais sobre Anhanduí.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas a partir de um roteiro-base, e as perguntas abertas foram elaboradas de forma intencional para estimular relatos espontâneos, permitindo a coleta de dados permeados por percepções e sentimentos dos entrevistados em relação ao lugar. As questões abordaram, principalmente, temas relacionados à história do distrito, ao desenvolvimento de seu comércio e às atividades comerciais. Além disso, aspectos relacionados ao desenvolvimento local e à construção da identidade comunitária foram relatados voluntariamente pelos respondentes. Todos esses elementos foram considerados na análise realizada por meio da técnica de análise de conteúdo.

Foram realizadas três visitas in loco. Na primeira, o contato ocorreu com órgãos vinculados à administração local, visando à coleta de informações documentais. Nessa ocasião, por meio de conversas informais e indicações de moradores encontrados em diferentes espaços — supermercado, correio, restaurantes, posto de gasolina e ruas —, foram identificados possíveis participantes da pesquisa, sobretudo antigos residentes reconhecidos como referências na comunidade.

A partir dessas indicações, foram sugeridos moradores de diferentes perfis: integrantes de famílias tradicionais, moradores populares, idosos, antigos residentes e membros da associação de moradores. Em alguns casos, os informantes forneceram contatos telefônicos e endereços e, em três situações, acompanharam os pesquisadores até os entrevistados.

Figura 1 - Perímetro urbano do distrito de Anhanduí, Linha e Quadras, Campo Grande, Mato Grosso do Sul



Fonte: Os autores (2026).

No total, 15 pessoas foram indicadas, das quais 11 concederam entrevistas, realizadas no primeiro contato ou agendadas conforme a disponibilidade. Os comerciantes foram entrevistados em seus estabelecimentos; os membros da associação de moradores, na sede da entidade; e os demais participantes, em suas residências. Todos os entrevistados residiam há pelo menos dez anos no distrito. Entre eles, seis eram comerciantes estabelecidos ao longo da BR-163 e dois pertenciam à associação de moradores, evidenciando vínculos simultâneos com o distrito e com o comércio.

Antes das entrevistas, foram apresentados o propósito da pesquisa, a forma de condução das perguntas e a possibilidade de respostas ampliadas. Também foram esclarecidas as informações contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Alguns participantes, especialmente analfabetos e idosos, autorizaram a gravação das conversas, enquanto outros preferiram que as respostas fossem registradas por meio de anotações. As entrevistas tiveram duração entre 30 minutos e 1 hora e 30 minutos.

Algumas respostas foram desconsideradas por não corresponderem às perguntas ou por não contribuírem para os objetivos da pesquisa. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética da Instituição de Ensino Superior e aprovado sob o parecer n.º 87197725.0.0000.5162.

Para preservar a privacidade dos participantes, os entrevistados foram identificados como “E1”, “E2”, “E3”, “E4”, “E5”, “E6”, “E7”, “E8”, “E9”, “E10” e “E11” (Quadro 1), conforme adaptação de Pina e Silva (2018).

Quadro 1 - Caracterização dos participantes da pesquisa

Código	Tempo de residência	Atividade	Vínculo com o comércio
E1	35 anos	Comerciante	Proprietário de banca
E2	68 anos	Comerciante	Proprietário de banca

E3	56 anos	Comerciante	Proprietário de banca
E4	27 anos	Comerciante	Funcionário
E5	39 anos	Comerciante	Funcionário
E6	35 anos	Comerciante	Funcionário
E7	66 anos	Liderança local	Associação de moradores
E8	37 anos	Membro	Associação de moradores
E9	71 anos	Morador	Familiar de comerciante
E10	87 anos	Morador	Familiar de comerciante
E11	75 anos	Morador	Antigo comerciante

Fonte: Os autores (2026).

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, pois, conforme Vieira e Zouain (2005), valoriza os depoimentos dos sujeitos, seus discursos e os significados atribuídos à realidade estudada. Para a análise dos dados primários, empregou-se a técnica de análise de conteúdo que, segundo Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014), permite apreender realidades visíveis e invisíveis, inclusive aquelas manifestadas nas “entrelinhas”.

Na fase de pré-análise, o material foi organizado e inicialmente explorado, possibilitando a delimitação do corpus da pesquisa. Nessa etapa, formulou-se a hipótese de que o comércio localizado ao longo da BR-163 exerce forte influência no processo de territorialização do distrito de Anhanduí e na construção de sua identidade, sobretudo em um contexto de transformações infraestruturais e limitada atuação de políticas públicas.

Na etapa de exploração, foram identificadas categorias recorrentes relacionadas ao papel do comércio na configuração territorial e na construção identitária. As categorias analíticas adotadas foram: evidências nas falas e significado territorial.

Quanto aos aspectos históricos, estes foram organizados em três categorias: marco de ruptura, dinâmica predominante e impacto territorial, considerando os diferentes períodos analisados.

As narrativas dos entrevistados também foram exploradas quando abordaram questões relacionadas ao trabalho, à qualidade de vida, ao pertencimento, ao espaço, aos desejos, às expectativas, às experiências e às relações sociais, elementos fundamentais da territorialidade e da identidade.

O tratamento dos resultados foi realizado à luz do referencial teórico, que, em conjunto com as categorias analíticas, fundamentou as discussões e análises da pesquisa. Trata-se, ainda, de um estudo exploratório, pois busca “[...] conhecer o fenômeno estudado tal como ele se apresenta ou acontece no contexto em que está inserido”, permitindo “[...] que o pesquisador contemple os dados qualitativos de forma sistêmica, com uma compreensão ou interpretação detalhada do fenômeno analisado” (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023, p. 3).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população local é estimada em aproximadamente cinco mil habitantes, tendo na agropecuária sua principal atividade econômica, com destaque para pequenas propriedades de base familiar voltadas à produção leiteira e hortifrutigranjeiros, além da confecção artesanal e de outras atividades complementares (Arruda, 2007; IBGE, 2022).

Em relação às entrevistas, sua análise permitiu identificar e sintetizar categorias recorrentes relacionadas ao papel do comércio da BR-163 na configuração territorial e identitária do distrito, apresentadas no Quadro 2.

As críticas ao pedágio evidenciam a percepção de que decisões infraestruturais foram implementadas sem participação efetiva da comunidade, reforçando relações verticais que impactam negativamente as dinâmicas locais. Tal cenário ilustra a tensão entre políticas de escala regional e a sustentabilidade das economias locais.

Nesse contexto, os elementos endógenos constituem a base da construção territorial, fundamentados no sentimento de pertencimento ao lugar. As narrativas dos moradores permitiram reconstituir parte da

história e do processo de desenvolvimento do distrito a partir da perspectiva daquelas cujas trajetórias de vida se entrelaçam com esse espaço, oferecendo subsídios para compreender seus aspectos identitários. Conforme Enne e Nercolini (2016), a identidade relaciona-se intrinsecamente às noções de territorialidade, pertencimento e relações interpessoais, mesmo diante dos processos de globalização. A partir dela, é possível apreender os sentidos e significados atribuídos aos lugares.

Quadro 2 - Categorias analíticas derivadas das entrevistas e respectivos sentidos atribuídos ao comércio da BR-163

Categoria	Evidências nas falas	Significado territorial
Comércio como base sustento	“É o ganha pão”	Estrutura econômica e reprodução social das famílias
Comércio como marcador identitário	“É lá das bancas”	Referência simbólica externa e elemento constitutivo da identidade territorial
União e solidariedade comunitária	“Todos se ajudam”	Fortalecimento das relações horizontais e da coesão social
Impactos do pedágio	“Apertou financeiramente”	Evento de ruptura nas dinâmicas econômicas locais
Incerteza diante da duplicação	“Se não tirar, vai crescer”	Tensão territorial e redefinição das estratégias de permanência

Fonte: Os autores (2026).

As expressões emocionais presentes nas entrevistas indicam que o comércio da BR-163 não é percebido apenas como atividade econômica, mas também como elemento constitutivo da memória coletiva do distrito. A alegria ao rememorar períodos de maior movimento e o saudosismo associado às transformações recentes revelam que as bancas integram o repertório simbólico por meio do qual os moradores narram sua própria trajetória no território. Mesmo diante de insatisfações relacionadas às mudanças infraestruturais, a ausência de sentimentos de ruptura afetiva sugere que a identidade territorial permanece ancorada em vínculos de pertencimento e valorização do lugar. Assim, as emoções expressas nas falas traduzem uma dimensão coletiva da identidade, na qual memória, experiência e territorialidade se entrelaçam na sustentação simbólica do distrito (Tuan, 1983; Haesbaert, 1999).

Entre os entrevistados, alguns nasceram em Anhanduí, enquanto outros residem no distrito há vários anos, sendo que muitos se estabeleceram no local em busca de oportunidades de trabalho e melhor qualidade de vida. Dessa forma, tornaram-se testemunhas das transformações ocorridas, algumas bem recebidas, outras não, revelando simultaneamente inquietude diante das mudanças e forte vínculo com o lugar. O trabalho, além de garantir a subsistência material, possui dimensão social, identitária e integradora, sendo reconhecido coletivamente como elemento estruturante das relações humanas, pois, de acordo com Durkheim (2010), por meio de sua divisão estabelecem-se vínculos de solidariedade que promovem a coesão social.

A qualidade de vida refere-se ao bem-estar em sentido amplo, englobando não apenas condições materiais adequadas, mas também aspectos sociais, psicológicos e ambientais que possibilitam uma existência digna e equilibrada (Minayo; Hartz; Buss, 2000; Sen, 2010). Nesse sentido, Anhanduí é percebido pelos moradores como um lugar seguro e propício à vida cotidiana, no qual muitos afirmam ter encontrado equilíbrio econômico e tranquilidade. Essa percepção é corroborada pelas declarações sobre os motivos que os mantêm no distrito: “... Anhanduí é sadio ...” (E10), “... paz, sossego e silêncio ...” (E11), “... gosto da vida que levo, das pessoas e do convívio ...” (E6) e “... fui cativado pelo sossego de Anhanduí ...” (E5).

As menções recorrentes a “paz”, “sossego” e “vida sadia” indicam que os moradores associam o distrito a uma experiência positiva do espaço vivido, na qual segurança, proximidade social e ritmo cotidiano diferenciado constituem elementos centrais. Assim, a qualidade de vida não é compreendida apenas em termos infraestruturais, mas também como construção simbólica vinculada ao pertencimento e à identificação com o lugar. Nessa perspectiva, o distrito configura-se como espaço vivido e significado, conforme proposto por Tuan (1983).

Um dos moradores (E11) afirmou: "... Aqui o lugar é pequeno, os moradores são antigos e então um ajuda o outro, todos se conhecem ...". Essa fala expressa o conceito de lugar como espaço vivido e construído por meio das relações sociais e afetivas do cotidiano (Tuan, 1983). O distrito pode, assim, ser reconhecido como espaço de pertencimento marcado por laços de proximidade, confiança e solidariedade.

A recorrência da ideia de ajuda mútua evidencia a presença de relações horizontais que estruturam a sociabilidade local. Em consonância com Santos (2005), tais vínculos, sustentados pela proximidade territorial, fortalecem a coesão social e conferem densidade ao território usado. Nesse contexto, o comércio atua como mediador dessas interações, consolidando-se como espaço de articulação comunitária e reprodução das solidariedades locais.

No mesmo sentido, a maioria dos entrevistados manifestou o desejo de manter o estilo de vida atual, sem grandes transformações estruturais. Quando questionados sobre mudanças desejadas, nenhum deles afirmou desejar crescimento acelerado do distrito, temendo que tal processo altere sua paisagem e dinâmica social.

De acordo com Campos (2006) e Arruda (2007), a ocupação de Anhanduí teve início após a visita de Manoel de Oliveira Lima, então candidato a deputado estadual, que constatou o abandono da região pelos poderes públicos. Os autores ressaltam que a sede urbana foi resultado do loteamento promovido em 1964 pela Sociedade Melhoramentos Anhanduí Ltda., responsável pela definição da configuração inicial do distrito, com aproximadamente 2.800 lotes e a construção de edificações essenciais, como escola, farmácia e estabelecimento comercial. Desde então, o comércio às margens da BR-163 tem se entrelaçado à história do distrito, surgindo e evoluindo simultaneamente ao seu processo de consolidação (Arruda, 2007).

Considerando a escassez de registros formais sobre a história local, as memórias dos entrevistados permitiram identificar fragmentos importantes desse processo. Os relatos indicam que, ao longo de seus 77 anos de existência, o distrito apresentou um desenvolvimento gradual, caracterizado por transformações paulatinas em sua estrutura social e econômica. Nesse sentido, partindo da compreensão de que o território é produto de processos históricos atravessados por relações de poder e eventos estruturantes (Raffestin, 1993; Santos, 2006), a análise evidencia momentos de inflexão capazes de reconfigurar as dinâmicas locais.

A partir dos dados históricos e das narrativas dos entrevistados, foi possível identificar uma periodização das dinâmicas territoriais de Anhanduí marcada por eventos que promoveram mudanças significativas em sua configuração socioespacial.

Porém, primeiramente, é importante contextualizar o processo de criação da BR-163. A rodovia foi oficialmente criada em 1944, no então estado de Mato Grosso, com a denominação de BR-16, ligando Campo Grande a Cuiabá, então capital do estado unido, sendo sua obra executada pelo governo estadual (IBL, 2021). Em 1945, a rodovia passou a ser gerida pelo governo federal (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem), quando também passou a ser denominada BR-163. A pavimentação desse trecho ocorreu na década de 1970, com recursos do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, sendo concluída em 1974 (IBL, 2021).

Dessa forma, o processo de territorialização de Anhanduí pode ser organizado em períodos (Quadro 3). O primeiro, compreendido entre a criação do distrito (1948) e o asfaltamento da BR-163, caracteriza-se pela formação do núcleo urbano e por um processo de territorialização marcado pelo protagonismo comunitário. O segundo período inicia-se a partir do asfaltamento da rodovia, marco que impulsionou a expansão do comércio às suas margens e consolidou as bancas como centralidade econômica e referência identitária do distrito.

A terceira fase inicia-se com a instalação do pedágio (2013) entre Anhanduí e Campo Grande, apontada pelos entrevistados como responsável pela redução do fluxo de viajantes e pela fragilização econômica das bancas, configurando uma ruptura nas dinâmicas locais. O período atual é marcado pelas obras de duplicação da rodovia, que geram simultaneamente expectativas de melhoria e incertezas quanto à permanência do comércio, revelando um momento de tensão territorial e redefinição das estratégias locais.

É evidente que o comércio da BR-163 é percebido, em primeiro lugar, como base de sustento e elemento estruturante da reprodução social das famílias locais. Essa percepção é reforçada pela expressão "é o ganha-pão", recorrente nas entrevistas, indicando que as bancas não se limitam a uma atividade complementar, mas constituem eixo central da economia distrital. Nesse sentido, o comércio

organiza práticas produtivas, redefine arranjos familiares de trabalho e contribua para a permanência da população no território, configurando-se como fundamento material da territorialização.

Quadro 3 - Síntese da periodização do processo de territorialização de Anhanduí, Mato Grosso do Sul

Período	Marco de Ruptura	Dinâmica	Impacto Territorial
1948–1969	Criação do distrito	Formação comunitária	Territorialização inicial
1970–2012	Asfaltamento BR-163	Expansão comercial	Consolidação identitária
2013 e pós pedágio	Instalação do pedágio	Queda econômica	Fragilização local
Atual	Duplicação da BR	Incerteza e adaptação	Tensão territorial

Fonte: os autores (2026).

Para além da dimensão econômica, o comércio também emerge como marcador identitário. A referência externa ao distrito como “lá das bancas” demonstra que a atividade ultrapassa a esfera produtiva e assume função simbólica, tornando-se elemento constitutivo da imagem territorial de Anhanduí. Tal centralidade indica que identidade e economia não operam de forma dissociada, mas se articulam na construção de sentidos coletivos e no reconhecimento do lugar, tanto interna quanto externamente.

As narrativas também destacam a união e a solidariedade comunitária como características intrínsecas ao funcionamento das bancas. A afirmação de que “todos se ajudam” revela a presença de relações horizontais que reforçam a coesão social e atenuam possíveis conflitos concorrenciais. Nesse contexto, o comércio atua como espaço de sociabilidade e fortalecimento dos vínculos locais, contribuindo para a manutenção de uma territorialidade baseada na cooperação.

Por outro lado, as categorias relacionadas ao impacto do pedágio e às incertezas diante da duplicação da rodovia evidenciam tensões contemporâneas. A percepção de que o pedágio “apertou financeiramente” aponta para uma ruptura nas dinâmicas econômicas locais, já indicada na periodização histórica apresentada anteriormente. As expectativas e os receios associados à duplicação revelam, por sua vez, um momento de redefinição das estratégias de permanência. Ainda que fragilizado economicamente, o comércio permanece como referência simbólica do distrito, indicando que a identidade territorial apresenta maior resiliência do que a base material que a sustenta.

Os entrevistados não apenas rememoraram experiências pessoais, mas também relataram histórias transmitidas por gerações anteriores, especialmente por seus pais. A partir desses relatos, descreveram um distrito bastante diferente do atual, marcado por menor população, infraestrutura limitada e reduzido número de atividades comerciais. Como sintetiza um dos entrevistados (E11), “... o distrito era menos povoado, menos comércio em geral ...”. Segundo os participantes, com o passar do tempo foram incorporados novos elementos que contribuíram para o bem-estar da população, como igreja, bolicho (pequeno comércio), escola, posto de saúde, pensões, bancos, restaurantes e postos de gasolina. Esse processo de expansão, ainda que gradual, esteve associado ao envolvimento direto dos moradores na organização e melhoria das condições locais.

Nesse sentido, um dos entrevistados (E9) afirmou: “... o distrito cresceu pela vontade das pessoas. A igreja estava sendo levantada com fundo de quermesses. O posto de saúde ficava no fundo do colégio e atendia apenas duas vezes na semana [...] sem muro, simples [...] e foi crescendo até que uma antiga prefeita comprasse a casa onde agora é o posto de saúde ...”. O relato evidencia o protagonismo comunitário na construção de infraestruturas essenciais. A edificação da igreja e a organização inicial do posto de saúde podem ser compreendidas como processos de apropriação e transformação do espaço em território, conforme descrito por Raffestin (1993), para quem o território resulta das relações de poder, trabalho e cooperação estabelecidas socialmente. Nessa perspectiva, o crescimento de Anhanduí pode ser associado também ao engajamento social de seus moradores. Para Santos (2006), a dimensão relacional do território é configurada pela interação entre espaço e ação humana, na qual o sentimento de pertencimento e o esforço coletivo atribuem significado e identidade ao lugar.

Durante os relatos, pôde-se perceber também um sentimento de orgulho e saudosismo diante das recordações de alguns fatos, isto é, da história retratada, assim como dos feitos e conquistas alcançados, reforçando dimensões afetivas da identidade local. Os entrevistados recordaram a

construção da primeira casa de alvenaria, a chegada dos primeiros professores, a instalação das primeiras bancas do comércio da BR-163 e a presença de bancos que já funcionaram na localidade.

Um dos participantes (E10) sintetizou essa percepção ao afirmar: "... aqui sempre foi bom e hoje já tem de tudo [...] o mercado cresceu, já tem restaurantes, duas farmácias e o posto de saúde é bom [...], a gente pode comprar até cimento por aqui ...". Observa-se que o crescimento não resultou em grandes transformações estruturais, mas possibilitou a incorporação gradual de serviços e equipamentos fundamentais para a qualidade de vida da população. Esses recursos contribuem para garantir condições básicas de sobrevivência, bem-estar e dignidade social.

Cabe destacar que crescimento e desenvolvimento não são conceitos equivalentes. Enquanto o crescimento se refere ao aumento quantitativo da riqueza material, o desenvolvimento implica transformações qualitativas relacionadas à melhoria das condições de vida e à realização social, econômica e cultural da população (Ávila, 2000; Sachs, 2002; Oliveira et al., 2008).

É importante destacar que, em 1974, com a conclusão do asfaltamento no trecho Campo Grande–Cuiabá (IBL, 2021), começaram a se instalar as primeiras bancas às margens da rodovia. De acordo com os relatos, a primeira banca instalada comercializava principalmente linguiça caseira e produtos vindos do Paraguai, como cigarros e outros itens que posteriormente deixaram de ser vendidos devido às restrições alfandegárias. Desse modo, as bancas passaram a oferecer doces e pimentas, entre outros produtos locais — atualmente, cerca de 90% têm origem na própria região —, ampliando gradualmente a diversidade de mercadorias. Atualmente, o comércio inclui alimentos, artesanato, objetos de decoração e utensílios domésticos, entre outros produtos.

Paralelamente ao processo de expansão do distrito, o comércio da BR-163 e suas bancas (Figura 2) consolidaram-se como elementos estruturantes da história e da configuração territorial de Anhanduí, conforme evidenciado nas narrativas dos entrevistados, que mencionaram essa atividade de forma recorrente, mesmo quando ela não era diretamente abordada nas perguntas da pesquisa.

Devido à sua localização estratégica, esse comércio tem como principais consumidores os viajantes que trafegam pela rodovia, especialmente aqueles que se deslocam entre os estados de São Paulo e Paraná, constituindo importante fonte de emprego e renda para muitos moradores. Embora o comércio ainda possua relevância econômica, seu significado também se associa a valores simbólicos relacionados à memória, ao pertencimento e à resiliência da comunidade.

Entretanto, as entrevistas indicam um processo recente de esvaziamento do comércio local. Segundo os moradores, em períodos anteriores o movimento e as vendas eram significativamente maiores, sendo capazes de sustentar não apenas as famílias dos proprietários, mas também seus funcionários. Alguns depoimentos ilustram essa mudança:

- "... A banca da minha vizinha era 24 horas e tinha 4 funcionários [...] hoje só tem a dona trabalhando e não tem movimento [...] ela não abre mais à noite [...] antes, fazia fila de carros esperando para comprar ..." (E2);
- "... A impressão é que tinha mais gente ..." (E1);
- "... Este comércio já foi mais evoluído, mais movimentado. Hoje passa por crise ..." (E3);
- "... Este comércio é minha vida porque me reergui financeiramente [...] foi tão importante que cheguei apenas com esposa e hoje meus 3 filhos moram em Anhanduí e dois deles têm bancas ..." (E2).

Essas falas evidenciam tanto transformações econômicas quanto dimensões afetivas associadas ao comércio, narrando um passado marcado por maior prosperidade e um presente caracterizado pela redução do movimento, mas também por persistência, pertencimento e esperança de melhoria. De acordo com os depoimentos, atualmente apenas cinco ou seis bancas geram renda significativa para seus proprietários e famílias, enquanto as demais enfrentam dificuldades para cobrir os custos básicos de funcionamento. Em razão da redução de receitas, muitos comerciantes passaram a trabalhar sem funcionários, assumindo integralmente as atividades do negócio.

A diminuição do fluxo de consumidores é frequentemente atribuída pelos entrevistados à instalação de um pedágio entre o distrito e Campo Grande, levando muitos viajantes a buscar rotas alternativas e reduzindo o número de clientes que passam pela região. A crise econômica mais ampla também foi mencionada como fator que contribuiu para a queda das vendas.

Figura 2 - Bancas à beira da rodovia BR-163, distrito de Anhanduí, Campo Grande, Mato Grosso do Sul



Fontes: Tavares, 2017; Osvaldo Júnior, 2018.

Devido a esses fatores, diversas lojas deixaram de funcionar, evidenciando a perda de dinamismo econômico de uma atividade que anteriormente desempenhava papel central na economia local. Apesar dessas dificuldades, os entrevistados são unânimes ao reconhecer a importância das bancas para o distrito, não apenas por sua função econômica, mas também por seu papel na construção da história e da identidade local.

Algumas declarações ilustram essa percepção:

- “... Se tirar as bancas, Anhanduí quebra [...] é a vida de Anhanduí ...” (E2);
- “... Sem as bancas não vai ter nada no distrito ...” (E5);
- “... Quando vamos para Campo Grande e falamos que somos de Anhanduí, as pessoas falam: ah! É lá onde tem as bancas! ...” (E4);
- “... É o sustento de vida e também uma distração, uma ocupação...” (E6);
- “... É importante para os donos e para quem trabalha ...” (E4);
- “... Meus filhos trabalharam dois anos nas bancas. Lá tem de tudo...” (E9);
- “... É o ganha-pão. Desde para quem está nos sítios produzindo e quando vem pra cá, gasta no próprio município ...” (E2);
- “... Todos são amigos e se ajudam. Não tem disputa nem briga. Tem muita união. Se juntam, se unem para resolver os problemas. Conversam e trocam ideias ...” (E7);

- “... Significa fonte de renda para várias famílias, identidade para a cidade. Na época de manga ou de flores, fica lindo! As pessoas tiram foto, admiram e isso dá orgulho, porque publicam ...” (E4);
- “... Não dá para imaginar sem nenhuma barraca ...” (E1);
- “... Foi criado um grupo no WhatsApp chamado ‘Cuida de mim’, com os comerciantes e a polícia, para cuidar e avisar qualquer perigo ...” (E7).

As manifestações de orgulho associadas à visibilidade das bancas, especialmente quando registradas e divulgadas por visitantes, evidenciam processos de reconhecimento externo que reforçam a identidade territorial. Esse reconhecimento contribui para consolidar a autoimagem coletiva do distrito, transformando o comércio em marcador simbólico e elemento de legitimação social do lugar, conforme discutido por Haesbaert (1999) ao abordar a dimensão simbólica das identidades territoriais.

A preocupação com a preservação das mangueiras, das residências antigas e das próprias bancas indica que a população reconhece esses elementos como suportes materiais da memória coletiva. Conforme Machado (1988), a paisagem não se restringe à materialidade física, mas incorpora significados históricos e afetivos que estruturam a identidade local. Assim, a defesa da preservação não expressa resistência ao desenvolvimento, mas a busca por equilíbrio entre transformação e continuidade simbólica.

Nesse contexto, o comércio da BR-163 ultrapassa sua função econômica e constitui também um espaço de vivência e sociabilidade, no qual sentimentos de afeto e identidade se manifestam de forma evidente. Além de representar a base da economia local, as bancas funcionam como referência territorial do distrito, e a convivência cotidiana ocorre sob forte influência de relações de solidariedade e cooperação, que contribuem para o fortalecimento dos vínculos sociais.

Assim, embora o comércio ocupe fisicamente um espaço, as experiências humanas que nele ocorrem cotidianamente atribuem valores e significados que permitem compreendê-lo como lugar. Conforme Sturza (2005, p. 24), “... lugares não são apenas abstrações ou conceitos, mas fenômenos experienciáveis diretamente no mundo vivido, repletos de significados, objetos reais e atividades ...”. Nessa perspectiva, os valores atribuídos aos lugares derivam das experiências vividas e das interações sociais que ali se desenvolvem (Machado, 1988). Machado (1988) destaca ainda que essas experiências incluem tanto vivências atuais quanto memórias individuais e coletivas. Dessa forma, as experiências associadas ao lugar envolvem atitudes, sentimentos e emoções que podem gerar vínculos afetivos e sentimentos de apego e pertencimento.

Apesar da importância das iniciativas locais para o fortalecimento do distrito, os entrevistados ressaltam que o apoio externo também exerce influência significativa sobre os resultados alcançados. Nesse sentido, a ausência de políticas de incentivo ao comércio foi apontada como um dos principais entraves para a sustentabilidade das bancas. O depoimento “... se ajudar o comércio vai estar ajudando a cidade ...” (E1) expressa a percepção de que o fortalecimento da atividade pode gerar impactos positivos para todo o distrito. De modo semelhante, outro entrevistado afirmou: “... o apoio e o interesse estão muito longe. Se tivesse apoio seria diferente e bem melhor. Precisa de apoio ...” (E2).

As políticas públicas têm como objetivo atender às necessidades da sociedade em diferentes dimensões, incluindo aspectos sociais e econômicos (Gelinski; Seibel, 2008). Algumas abordagens enfatizam o papel central do Estado na formulação e implementação dessas políticas, enquanto outras reconhecem a participação de múltiplos atores sociais, como organizações comunitárias, empresas e associações civis (Heidemann; Salm, 2010).

Em Anhanduí, a associação de moradores atua desde 1989, promovendo diversas iniciativas de caráter social e educativo, como festas comunitárias, atividades esportivas e cursos de capacitação. Embora o espaço possibilite a realização dessas ações, a pesquisa identificou que a baixa participação da população nos processos de decisão constitui um obstáculo para a ampliação dos benefícios destinados à comunidade (Figura 3).

Durante as entrevistas, os participantes também foram questionados sobre os principais gargalos enfrentados atualmente e suas expectativas em relação ao futuro do distrito. Entre os fatores mais recorrentes, destacou-se o pedágio, apontado pelos moradores como elemento que tem prejudicado o desenvolvimento local, pois se situa entre o distrito e a sede do município, destino frequente para atividades como trabalho, estudo, tratamento de saúde e resolução de demandas cotidianas. Nesse

contexto, o pagamento da tarifa representa um custo adicional relevante para deslocamentos frequentes. Alguns depoimentos ilustram essa percepção:

- “... O pedágio prejudicou, apertou muito financeiramente porque paga R\$ 20,00 para ter acesso à capital [...] ao próprio município [...] para circular dentro do município, onde muitos trabalham ou têm que ir resolver alguma coisa ...” (E4);
- “... O pedágio é ruim porque Anhanduí ainda depende de Campo Grande e fica caro ir pra lá... um prejuízo ...” (E8).

Essas declarações evidenciam o incômodo dos moradores em relação ao serviço e indicam a percepção de que a decisão sobre sua implantação não contou com participação efetiva da comunidade, tampouco com discussões suficientes sobre seus impactos locais. O valor cobrado, para a empresa gestora da rodovia e os órgãos públicos relacionados ao processo, pode parecer pequeno. Mas, para uma pequena comunidade, trata-se de um valor significativo, que impacta o orçamento familiar de maneira negativa e constante. De acordo com Paula (2019), o custo dos pedágios pode afetar significativamente usuários que realizam deslocamentos pendulares, restringindo a mobilidade cotidiana e impactando a economia regional.

Figura 3 - Espaço comunitário da Associação de Moradores de Anhanduí, Campo Grande, Mato Grosso do Sul



Fonte: Fotos gentilmente cedidas pelo Presidente da Associação.

Outro obstáculo mencionado refere-se à ausência de atividades industriais capazes de ampliar as oportunidades de emprego e renda. Essa limitação é recorrente em pequenas localidades, nas quais a escassez de empresas de maior porte restringe as possibilidades de dinamização econômica (Monteiro Neto; Silva; Severian, 2020), levando à busca de alternativas para suprir as deficiências de trabalho.

Esses obstáculos acentuam a necessidade de políticas públicas que assegurem o desenvolvimento local e fortaleçam atividades econômicas diversificadas, bem como a independência, nesse sentido, do distrito em relação à capital do estado. Apesar dessas dificuldades, os moradores demonstram forte apreço pelo lugar onde vivem e, em geral, não manifestam desejo por transformações estruturais profundas. Em vez disso,

expressam interesse em melhorias que ampliem o bem-estar da população sem comprometer suas características históricas e culturais.

Entre as demandas mencionadas, destacam-se a conservação das bancas, das mangueiras e das residências antigas, elementos considerados fundamentais para a preservação da memória local. A preocupação com a memória arquitetônica é particularmente relevante, pois representa não apenas a materialização da história e da cultura, mas também um elemento importante da identidade territorial. Em Mato Grosso do Sul, apesar da existência de legislação específica, a destruição do patrimônio histórico tem ocorrido de forma recorrente (Oliveira; Oliveira, 2017; 2018; Oliveira; Oliveira; Pina, 2022).

Também foram citadas outras necessidades, como maior autonomia em relação a Campo Grande, ampliação dos serviços públicos, especialmente com a implantação de um posto de saúde com atendimento 24 horas, e maior atenção por parte dos governos municipal e estadual. No Brasil, a precariedade ou insuficiência de serviços públicos é realidade frequente, gerando demandas reprimidas tanto em grandes centros urbanos quanto em distritos mais isolados (Paula, 2005).

Essas aspirações revelam uma população que, embora satisfeita com seu modo de vida, busca melhorias capazes de promover maior qualidade de vida sem comprometer a identidade local. Tal percepção é sintetizada na fala de um dos entrevistados (E11): "... precisa preservar Anhanduí de modo geral. É patrimônio histórico ...".

Outro fator que atualmente gera preocupação entre os moradores, especialmente entre os comerciantes da BR-163, é a obra de duplicação da rodovia. Embora a intervenção possa trazer benefícios à mobilidade regional, ainda não há informações claras sobre as mudanças previstas nas proximidades do comércio local, o que tem provocado insegurança e incerteza na população. Os entrevistados reconhecem que o processo poderá gerar melhorias importantes, caso sejam implementadas medidas como sinalização adequada, instalação de redutores de velocidade e criação de recuos para estacionamento, o que poderia aumentar a segurança viária e facilitar o acesso às bancas. Entretanto, também existe o receio de que a obra seja realizada sem considerar a presença do comércio existente, o que poderia afastar os consumidores e provocar impactos econômicos e sociais ainda maiores.

Diante desse cenário, as reações entre os comerciantes são diversas: alguns optaram por investir em melhorias em seus estabelecimentos, buscando se adaptar às possíveis mudanças, enquanto outros preferem aguardar os desdobramentos das obras. Algumas falas ilustram essa apreensão:

- "... As bancas precisam estar na BR..." (E5);
- "... A BR não precisa ser duplicada, só precisa de melhorias na sua lateral. Tem gente que passa até 120 km/h [...] Precisa de um viaduto para as crianças atravessarem a BR com segurança ..." (E6);
- "... Se não tirar as bancas, vai crescer" (E9).

Esses depoimentos indicam que o futuro das bancas e, em certa medida, do próprio distrito, está diretamente relacionado às decisões de planejamento e infraestrutura viária que vierem a ser adotadas. Nesse contexto, torna-se fundamental que os processos decisórios considerem a escuta e a participação da comunidade local, de modo a articular políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que respeitem os anseios da população e as especificidades do território, como menciona Paula (2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância do distrito de Anhanduí é inegável, sobretudo para sua população, que nutre sentimentos genuínos de pertencimento ao lugar, conferindo-lhe resiliência diante de mudanças que, por vezes, não correspondem às suas aspirações coletivas.

Com base em uma abordagem qualitativa, fundamentada em entrevistas com moradores, comerciantes e lideranças locais, analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, o estudo alcançou o objetivo de analisar como o comércio da BR-163 participa da estruturação da territorialização e da identidade local do distrito. As narrativas coletadas permitiram compreender o território a partir das experiências e percepções daqueles que vivenciam cotidianamente suas dinâmicas sociais, econômicas e simbólicas.

Os resultados evidenciaram que o processo de territorialização de Anhanduí foi historicamente construído por meio de vínculos sociais, solidariedade e engajamento comunitário, elementos que contribuíram para transformar o espaço físico em um território de pertencimento. Nesse contexto, o comércio instalado às

margens da BR-163, inicialmente estruturado como atividade econômica, consolidou-se também como elemento simbólico da identidade local, sendo reconhecido pelos moradores como referência territorial e parte constitutiva da memória coletiva do distrito.

As narrativas analisadas indicam ainda que, embora o distrito tenha experimentado transformações ao longo do tempo, essas mudanças não romperam os vínculos identitários estabelecidos com o lugar. Ao contrário, contribuíram para reforçar o sentimento de pertencimento e valorização das experiências compartilhadas no território.

O estudo também identificou desafios que podem comprometer a sustentabilidade econômica e social do distrito, entre os quais se destacam a redução do fluxo de viajantes, as incertezas relacionadas às intervenções na infraestrutura viária e a ausência de políticas públicas específicas voltadas ao fortalecimento do comércio local. Tais aspectos evidenciam a necessidade de estratégias que articulem preservação cultural, incentivo econômico e participação comunitária nos processos de planejamento territorial.

Conclui-se, portanto, que Anhanduí constitui um território cuja identidade é construída no cotidiano das relações sociais, do trabalho e das experiências compartilhadas. Nesse sentido, o comércio da BR-163 ultrapassa sua função econômica e assume papel relevante na produção simbólica do território. Recomenda-se, assim, a ampliação de estudos que investiguem as relações entre comércio regional, desenvolvimento local e pertencimento territorial, contribuindo para a formulação de políticas e estratégias que considerem as especificidades das pequenas comunidades inseridas em redes rodoviárias de circulação.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, pela oportunidade e apoio institucional. À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pelo apoio institucional. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-1C).

REFERÊNCIAS

- ALBERGUETI, D. M. C.; PAIVA, L. S.; WILKE, E. P.; VELASQUEZ, G. G. Doces caseiros em destaque: o comércio de souvenir gastronômico em Anhanduí, M.S. In: Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 17, 2023, Foz do Iguaçu. **Anais [...]** Foz do Iguaçu: Univali, 2023. p. 1-14. Disponível em: <https://www.sisapeventos.com.br/staff/app/files/submissions/60/3532-14387-68.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.
- ARRUDA, A. M. V. (Org.). **Perfil socioeconômico do Distrito de Anhanduí e idéias para o seu desenvolvimento**. Campo Grande: Editora UFMS, 2007. 95 p.
- ÁVILA, V. F. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, v.1, n.1, p. 63-76, 2000. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/616>. Acesso em: 27 out. 2025.
- CAMPO GRANDE (Município). **Distritos de Campo Grande**. Campo Grande, 2025. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/gapre/distritos-de-campo-grande/>. Acesso em: 27 out. 2025.
- CAMPOS, I. M. M. **Distrito de Anhanduí: comunidade, escola e desenvolvimento local**. Campo Grande: Editora Nicanor Coelho, 2006. 172 p.
- CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/10000>. Acesso em: 29 mai. 2023.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 536 p.
- ENNE, A. L.; NERCOLINI, M. J. Narrativas de memória e territórios inventados: A configuração das identidades e dos lugares como processos culturais. **Mídia & Cotidiano**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, p. 1-24, 2016. <https://doi.org/10.22409/ppgmc.v8i8.9764>
- FUINI, L. L. Território e Geografia no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 21, p. 3-20, 2014. <https://doi.org/10.33081/formacao.v1i21.2661>

- GELINSK, C. R. O. G.; SEIBEL, E. J. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 42, n. 1-2, p. 227-240, 2008. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2008v42n1-2p227>
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. cap.7. p. 169-190.
- HAESBAERT, R. Conceitos fundamentais da Geografia. **GEOgraphia**, Niterói, v. 25, n. 55, p. 1-7, 2023. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2023.v25i55.a61073>
- HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2. ed. Brasília: UnB, 2010. 340 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Censo de 2022**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/pesquisa/10101/0>. Acesso em: 27 out. 2025.
- IBL. Instituto Brasil Logística. **Rodovia Federal BR 163**. Estudo técnico referente a rodovia federal BR 163. Brasília: IBL, 2021. 17 p. Disponível em: <https://ibl.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Estudo-Tecnico-da-Rodovia-BR-163.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2026.
- JESUS, K. F.; BORGES, P. P.; GAMA, S. C. S. Desafios e conquistas do território e do desenvolvimento local: a comunidade Santa Luzia, do Distrito de Anhanduí, no município de Campo Grande, MS. **Multitemas**, Campo Grande, n. 46, p. 23-45, 2014. <https://doi.org/10.20435/multi.v0i46.169>
- LE BOURLEGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. **Interações**, Campo Grande, v. 1, n.º 1, p. 13-20, 2000. Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br/interacoes/article/view/610>. Acesso em: 27 out. 2025.
- LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, p. 1-18, 2023. <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958>
- MACHADO, L. M. C. P. **A Serra do Mar Paulista: um estudo de paisagem valorizada**. 1988. 336f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- MATO GROSSO (Estado). Lei Estadual n.º 1.131, de 17 de novembro de 1948. Cria o distrito de Anhanduí, no município de Campo Grande. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, MT, 1948.
- MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M.; A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100002>
- MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R. O.; SEVERIAN; D. Região e indústria no Brasil: ainda a continuidade da “desconcentração concentrada”? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 581-607, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n2art09>
- OLIVEIRA, A. K. M.; SCHAEGLER, G. E.; FAVERO, S.; VARGAS JUNIOR, F. M. Gestão ambiental: uma questão de sustentabilidade. In: BAUER, F. C.; VARGAS JUNIOR, F. (Orgs.). **Produção e gestão agroindustrial**. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2008. p. 263-285.
- OLIVEIRA, A. R. S.; SILVA, C. H. Território, Territorialidade e Identidade Territorial: Categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 49, p. 411-426, 2017. <https://doi.org/10.5752/p.2318-2962.2017v27n49p411>
- OLIVEIRA, A. K. M.; OLIVEIRA, F. F. M. Processo de produção arquitetônica na zona rural do município de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul - 1938 a 1950. Parte II. **Pós, Revista do Programa Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 25, n. 47, p. 74-91, 2018. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v25i47p74-91>
- OLIVEIRA, F. F. M.; OLIVEIRA, A. K. M.; PINA, J. C. A produção arquitetônica na zona urbana do município de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1900 a 1940. **Cadernos ProArq. Revista de Arquitetura e Urbanismo do PROARQ**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 22-38, 2022. <http://dx.doi.org/10.37180/2675-0392-n39-2>
- OLIVEIRA, F. F. M.; OLIVEIRA, A. K. M. Produção arquitetônica na zona rural do município de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul: 1844 a 1930 – parte I. **Arquitextos**, São Paulo, ano. 18, n. 209, p. 1-6,

2017. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.209/6746>. Acesso em: 27 out. 2025.

OPPLIGER, E. A.; OLIVEIRA, A. K M. Recursos naturais sob a perspectiva da Comunidade Quilombola de Furnas dos Baianos na Estrada-Parque Piraputanga, Aquidauana, Mato Grosso do Sul. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 32, n. 69, p. 405-427, 2022.

<https://doi.org/10.5752/p.2318-2962.2022v32n.69p.405>

OSVALDO JÚNIOR. Anhanduí, muito mais que barracas de doces e artesanatos à beira da rodovia. **Campo Grande News**, Campo Grande, MS, 25 de Janeiro de 2018. Disponível em:

<https://www.campograndenews.com.br/reportagens-especiais/anhandui-muito-mais-que-barracas-de-doces-e-artesanatos-a-beira-da-rodovia>. Acesso em: 27 out. 2025.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**: Limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 201 p.

PAULA, J. M. P. Concessões e dinâmica regional: um perfil dos deslocamentos pedagiados. **Texto para Discussão IPEA**. Rio de Janeiro, n. 2478, 2019. p. 1-2. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2478_sumex.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

PINA, C. C.; SILVA, C. A. S. Imigração haitiana e política migratória brasileira atual: entrevista com haitianos em Mato Grosso do Sul. In: ANNONI, D. (Coord.). **Direito Internacional dos refugiados e o Brasil**. Curitiba: Editora Gedai/UFPR, 2018. p. 106–125.

PLANURB. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Campo Grande. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. 32. ed. Campo Grande: PLANURB/PREFCG, 2025. 597 p.

PLANURB. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Campo Grande. **Plano Diretor** - versão aprovada CMDU – 25-10-2017 – Anexo 2 parte (1) – Perímetro Urbano – Zona Urbana-Mapa; Anexo (2) – Perímetro Distrital Anhanduí. Campo Grande, 2017. Disponível em:

<https://cdn.campogrande.ms.gov.br/portal/prod/uploads/sites/18/2017/12/ANEXO-2.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. **O retorno do território**. OSAL: Observatorio Social de América Latina n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 255-261. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 260 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 464 p.

SOUZA, M. A. A. Apresentação. In: SANTOS, M. **O retorno do território**. OSAL: Observatorio Social de América Latina n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 251-254. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

STURZA, J. A. I. **Lugar e não-lugar em Rondonópolis-MT**: um estudo de cognição Ambiental. 2005. 163f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

TAVARES, G. Perímetro urbano do Distrito do Anhanduí. **Correio do Estado**, Campo Grande, MS, 12 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/crise-e-obras-em-rodovia-prejudicam-br-e-comercio-resiste-em-anhandui/297640/>. Acesso em: 27 out. 2025.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 240 p.

Recebido em: 28/10/2025

Aceito para publicação em: 25/03/2026